

Despacho (extracto) n.º 1514/2010

Por despacho de 27.05.2009, do Reitor da Universidade do Minho:

Doutor Jorge Manuel dos Santos Pacheco — Autorizado o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado em regime de *tenure*, na categoria de Professor Catedrático no grupo disciplinar de Matemática, do mapa de pessoal da Universidade do Minho, na sequência de procedimento concursal, com efeitos a partir de 01.09.2009, com direito à remuneração correspondente ao índice 300, escalão 2 do Estatuto Remuneratório do Pessoal Docente Universitário. (Isento de Fiscalização Prévia do TC).

Universidade do Minho, 13 de Janeiro de 2010. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

202796886

Despacho (extracto) n.º 1515/2010

Por despacho de 09.12.2009, do Reitor da Universidade do Minho:

Mestre Paulo Jorge Valverde Viegas Costa — Especialista de Informática Grau 2 Nível 1, do mapa da Universidade do Minho e nomeado em comissão de serviço, Chefe de Divisão do Serviço de Comunicações — Autorizada a renovação da nomeação em comissão de serviço, no cargo de Chefe de Divisão do Serviço de Comunicações, com efeitos a partir de 25.01.2010. (Isento de Fiscalização Prévia do TC)

Universidade do Minho, 13 de Janeiro de 2010. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

202797022

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA**Reitoria****Declaração de rectificação n.º 110/2010**

Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 11 de Janeiro de 2010, o despacho n.º 693/2010 (2.ª série), rectifica-se que, no n.º 1, onde se lê «no Prof. Doutor António Sousa Guerreiro, da Faculdade de Ciências Médicas» deve ler-se «no Prof. Doutor José Miguel Barros Caldas de Almeida, da Faculdade de Ciências Médicas».

12 de Janeiro de 2010. — A Administradora, *Fernanda Cabanelas Antão*.

202803348

Despacho (extracto) n.º 1516/2010

Por despacho de 12 de Janeiro de 2010, do Reitor da Universidade Nova de Lisboa, foi o Doutor Paulo de Lyz Girou Martins Ferrinho, Professor Catedrático do Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa, nomeado, procedido de eleição e por urgente conveniência de serviço, no cargo de Director do mesmo Instituto, pelo período de quatro anos, com efeitos a partir de 18 de Janeiro de 2010. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, 13 de Janeiro de 2010. — *Fernanda Cabanelas Antão*, Administradora.

202803583

Faculdade de Ciências e Tecnologia**Regulamento n.º 45/2010**

A Universidade Nova de Lisboa (UNL), através da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT-UNL), ao abrigo dos artigos 2.º e 10.º dos Estatutos da UNL, e dos artigos 3.º e 9.º dos Estatutos da FCT-UNL, em cumprimento do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, com a redacção alterada pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho, confere os graus de licenciado e de mestre.

Nos termos da lei e dos estatutos da FCT/UNL, ouvido o conselho científico da Faculdade, e ainda ao abrigo do Despacho n.º 1018 R/2009 de 10 de Dezembro do Senhor Reitor da UNL, determino a publicação dos regulamentos gerais dos ciclos de estudo conducentes ao grau de licenciado.

7 de Janeiro de 2010. — O Director, *Prof. Doutor Fernando José Pires Santana*.

Regulamento Geral dos Ciclos de estudos conducentes ao grau de Licenciado da FCT-UNL

(1.º ciclo de estudos superiores)

Normas regulamentares**Preâmbulo**

O presente regulamento refere-se à organização, funcionamento e atribuições dos órgãos de gestão dos ciclos de estudos conducentes ao grau de licenciado da FCT-UNL, também designados a seguir cursos de licenciatura (1.º ciclo de estudos superiores) ou simplesmente cursos.

O regulamento decorre das normas sobre os graus académicos e diplomas do ensino superior introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho.

Artigo 1.º**Criação e âmbito**

1) A Universidade Nova de Lisboa (UNL), através da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT-UNL), ao abrigo dos artigos 2.º e 10.º dos Estatutos da UNL, e dos artigos 3.º e 9.º dos Estatutos da FCT-UNL, confere o grau de licenciado numa área de formação, no âmbito das suas áreas de competência.

2) O grau de licenciado é titulado por uma carta de curso emitida pelo Director da FCT-UNL, de acordo com o determinado no artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho.

Artigo 2.º**Objectivos**

O ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado permite ao estudante adquirir conhecimentos, capacidade de compreensão e competências a um nível compatível com o requerido pelo artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho, numa das áreas de formação científica e ou tecnológica cobertas pela FCT-UNL.

Artigo 3.º**Cursos em associação**

1) A FCT-UNL pode associar-se a outros estabelecimentos de ensino superior, ou de investigação, nacionais ou estrangeiros, para a realização de ciclos de estudos conducentes ao grau de licenciado.

2) Os cursos em associação poderão reger-se por regulamentos específicos, resultantes do consenso entre as Instituições participantes, devendo ser aprovados pelo Reitor da UNL, por proposta do Director da FCT-UNL, após parecer favorável do conselho científico.

3) A atribuição e titulação do grau a estudantes que concluem com aproveitamento os cursos em associação regem-se pelo definido nos artigos 41.º a 43.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, com a redacção alterada pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho.

Artigo 4.º**Área científica**

A área científica de cada curso é indicada no respectivo regulamento específico.

Artigo 5.º**Duração**

O ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado tem uma duração de seis semestres curriculares. O grau de licenciado é atribuído aos estudantes que tenham obtido 180 ECTS de acordo com o plano curricular do curso.

Artigo 6.º**Condições de ingresso**

As condições de ingresso são estabelecidas pelo Director da FCT-UNL, coadjuvado pelo Conselho Executivo, ouvido o Presidente do departamento preponderante na execução do curso e observadas as determinações da Tutela.